REDE DE GRUPOS PROLETÁRIOS (R-GGPP)
Proposta de organização autônoma e permanente do movimento proletário assemblear

Tradução: P. H. Rocha

REFERENCIA:

GRUPO DE COMUNISTAS DE CONSELHOS DA GALIZA. **La Red de Grupos Obreros (R-GGGO) Propuesta de organización autónoma y permanente del movimiento obrero assembleario.**

Disponível em: http://geocities.ws/comunistasdeconselhos/rggoo_esp.htm Acesso em: 26 ago 2016.

SUMÁRIO

Apresentação à edição em espanhol

1. Considerações básicas

- 1.1. A Rede de Grupos como uma forma de organização mundial
- 1.2. Aplicações do novo método organizativo no movimento proletário
- 1.3. Características gerais da R-GGPP
- 1.4. Bases, perspectivas e fundamentos teóricos da R-GGPP
- 1.5. Implementação da R-GGPP

2. Critérios práticos: ultrapassar as divisões e especializações

- 2.1. Sindicato Industrial ou União Proletária
- 2.2. Critérios para estruturar a R-GGPP abrangendo os complexos econômicos
- 2.3. A organização por complexo e a transformação da luta de classes
- 2.4. Divisões por remuneração e profissão
- 2.5. Divisões por acordos coletivos firmados
- 2.6. Participação institucional

3. Estrutura orgânica da R-GGPP

- 3.1. Estruturas orgânicas
- 3.2. Funcionamento
- 3.3. Divisão do trabalho entre os grupos
- 3.4. Esboço de estrutura por uniões de complexo para Galiza

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO EM ESPANHOL

Este documento é parte de desenvolvimentos programáticos realizados pelos membros do Grupo de Comunistas de Conselhos da Galiza (Estado espanhol).

Originalmente, a ideia geral foi se formando durante anos até assumir uma forma teórica desenvolvida em 2002, como parte do projeto de programa de um agrupamento anterior, *Cooperación Obreira*. Mais tarde, foi reformulado e ampliado de acordo com uma crítica mais profunda do sindicalismo e para resolver algumas lacunas.

Para nós não é um documento acabado. O entendemos como uma base para a discussão e teste prático entre trabalhadores/as avançados/as. Estamos cientes de que algumas partes são difíceis, como difícil tem sido tentar projetar os múltiplos aspectos da ideia até formar um modelo virtual de sua estrutura, funcionamento, desenvolvimento e tática. Mas nossa intenção não é, em hipótese alguma, que este modelo seja reproduzido na prática tal como está formulado, mas que seja enriquecido, adaptado e ajustado no que for necessário por meio da experiência da classe proletária em cada lugar.

Raíces do projeto da Rede de Grupos Proletários

Por um lado, a ideia da Rede de Grupos Proletários foi inspirada por concepções modernas sobre o conceito de “rede”, “grupos de trabalho”, etc., mas a sua finalidade prática foi atualizar a experiência internacional de movimentos e lutas assembleares do proletariado que tiveram seu pico entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970. Mais recentemente, as formas assembleares mostraram ser as formas básicas da auto-organização proletária, como no caso dos piquetes e assembleias populares na Argentina. Na verdade, os conceitos básicos de “rede” e “grupos de trabalho” sempre fizeram parte da atividade molecular da classe proletária, essencialmente horizontal, e foi daí que os teóricos burgueses da organização do trabalho os retiraram (e os deformaram hierarquicamente) em sua busca pela extração máxima de mais-valia.

Por outro lado, o desenvolvimento da ideia da Rede de Grupos Proletários (doravante R-GGPP) ocorreu principalmente em um período em que tentamos desenvolver um agrupamento autônomo dentro de um sindicato de esquerda. Isto fez com que a ideia da R-GGPP ficasse em segundo plano na prática e que os esforços para desenvolvê-la enfocassem excessivamente o aspecto teórico. No período posterior, de ruptura com aquela tática semissindicalista, nos limitamos a corrigir os aspectos menos claros e aqueles que faziam concessões ao sindicalismo, considerando que tem que ser a própria classe proletária que deve verificar a sua validade por meio da prática.

O que realmente importa deste documento é que ele contém as ideias-chave que definem o projeto da R-GGPP como uma forma de organização de massas superior às formas assembleares tradicionais: organização por complexo de produção-distribuição; grupos de trabalho como base estrutural da organização e órgãos permanentes da sua atividade real; luta com base em objetivos imediatos e comuns como princípio de coesão da Rede; combinação da máxima descentralização na base com a necessária centralização no topo, etc ...

A Rede de Grupos Proletários e o sindicalismo

O Próprio conceito de R-GGPP tem por fundamento permitir e estimular o desenvolvimento da autoatividade de proletárias/os acima de sua posição normal como classe dominada, passiva, anestesiada. Ao adotar o complexo de produção-distribuição como referência básica para a auto-organização proletária, o seu objetivo implícito é confrontar diretamente o processo de valorização do capital como um todo, superando as divisões por fábrica, empresa, ramo e área territorial. Este conceito é essencialmente antagônico ao capital, uma vez que envolve a constituição do proletariado no campo econômico.

Naturalmente, uma forma de organização não é uma panaceia. Teoricamente, a ideia da R-GGPP pode ser usada para fins meramente reformistas e, de fato, esta possibilidade fica criada ao se assentar sobre a base das lutas imediatas. Na prática, isso significaria um retorno ao sindicalismo que, em essência, fará prevalecer a busca de canais de negociação e representação sobre a extensão do movimento e sua dinâmica de base.

Mas as condições atuais de decadência do capitalismo, com sua intensificação crescente da exploração em termos absolutos por todo o mundo, não favorecem tal desvio. Na verdade, a implementação da R-GGPP envolve uma batalha feroz com todas as forças do capital, particularmente com os sindicatos, que verão a sua existência ameaçada e violentada. Com efeito, o desenvolvimento da R-GGPP poria em causa todos os aspectos das estruturas sindicais e os referenciais em que atuam. Porque é a forma adequada para começar a eliminar a divisão entre dirigentes e executantes. Porque pressupõe uma concentração e coordenação das forças proletárias potencialmente exorbitantes para o capital, ainda mais quando este exige uma ofensiva permanente contra as posições da classe proletária para manter sua rentabilidade. Porque supera tanto o sindicalismo de profissão quanto o sindicalismo industrial e na prática significa a imposição ao capital de novos padrões de luta que já não se dirigem contra este ou aquele capitalista em particular, mas confrontam a própria acumulação de capital, ao capital como processo social.

A Rede de Grupos Proletários e a unidade proletária

Para superar o sindicalismo consideramos necessário desenvolver núcleos militantes baseados no compromisso de cooperação e que - salvo em um contexto de ascenso revolucionário - não podem se tornar organizações de massa. Isto coincide com a experiência das Uniões Operárias alemãs (AAUD e AAUD-E) formadas na luta revolucionária em 1920.¹ Por essa razão, entendemos ser necessário promover uma organização assemblear de massas permanente que, ao mesmo tempo, esteja sempre baseada na mais ampla participação de seus membros e nas lutas imediatas.

Até agora, na realidade, a concepção de organização do movimento proletário por meio do binômio partido-sindicato excluiu o conjunto da classe. Nem mesmo em seus melhores tempos os sindicatos reuniram a maioria do proletariado. Por tal motivo, até agora o proletariado somente pode encontrar sua organização como classe no desenvolvimento de formas mais ou menos limitadas aos processos de luta: assembleias de fábrica e territoriais, comitês de greve, comissões e coordenações para atingir a formação de conselhos proletários. De fato, os sindicatos sempre tentaram reduzir estas formas de auto-atividade proletária como extensões temporárias de seus aparelhos e de suas seções, porque, na prática, a existência dessas formas não se limita realmente a unificar a classe. Assume também as funções dos sindicatos e a existência permanente daquelas formas deixaria sem sentido o sindicato como organização fundada no agrupamento indiscriminado de massas e em sua representação. A R-GGPP procura integrar todo o potencial de luta do movimento assemblear com a solidez da organização permanente e a flexibilidade proporcionada pela estruturação de uma rede de grupos de trabalho relativamente autônomos. A intensificação da exploração e da incapacidade dos sindicatos para lutar contra o capitalismo fazem da R-GGPP uma possibilidade e uma necessidade.²

Galiza, 6 de janeiro de 2006.

¹ Esta experiência inspirou muitos aspectos do projeto da R-GGPP, mesmo que, como damos a entender, as Uniões Operárias foram na verdade organizações militantes de massas que lutavam pela criação de conselhos proletários revolucionários para substituírem os conselhos reformistas controlados pela social-democracia. Essa razão explica porque se diluíram com o refluxo da Revolução Alemã depois de 1923, restando apenas um pequeno grupo, a União Comunista Operária da Alemanha (KAUD). O principal que a R-GGPP colhe desta experiência é o conceito de “organização de fábrica” e a não separação entre luta econômica e política. Pois a perspectiva de criar uma grande unidade proletária fora de um contexto revolucionário aberto não pode ser realizada com base na luta revolucionária imediata e nem de um programa desenvolvido, mas apenas a partir das reivindicações imediatas que devem evoluir - e se revolucionar - de acordo com o ascenso da luta de classes. Em qualquer caso, independentemente do seu caráter de massas, a estrutura da R-GGPP é válida para todos os níveis de organização, posto que os núcleos militantes revolucionários e os grupos de luta teórica apenas cumprem seu papel no quadro de desenvolvimento da luta proletária de massas.

² No final, o documento da R-GGPP inclui um modelo concreto aplicável à estrutura econômica galega. As diferenciações que fazemos por setores econômicos primários, secundários e terciários (e entre públicos e privados) se fundamentam no critério das necessidades sociais. Não há divisões estanques entre indústria e serviços, pois qualquer complexo econômico inclui ambos os setores. Em alguns pontos são feitas referências à situação do proletariado galego, à estrutura econômica da Galiza, mas são compreensíveis e não atrapalham a ideia geral.

1. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

1.1. A Rede de Grupos como uma forma de organização mundial

Antes de discutir o projeto da Rede de Grupos Proletários, é necessário mencionar as redes e grupos de trabalho como métodos de organização em geral. Nós os entendemos aplicáveis a formas organizativas com os mais diversos níveis de compromisso e propósitos práticos. São formas organizativas de tipo assemblear com uma enorme flexibilidade e dinamismo participativo. O conceito de rede tem conotações diferentes, pode ter uma estrutura e um funcionamento mais ou menos centralizado. A utilidade da forma de organização em rede é que ela permite intercomunicação e coordenação permanentes entre suas partes componentes, ao contrário das formas organizativas nas quais predomina o estabelecimento de relações unilaterais. Diferentemente da forma de organização por assembleia em local fixo, a rede proporciona uma interatividade muito mais frequente e ágil, sem depender de um espaço de reunião ou de convocatórias especiais. A rede está projetada para permitir a maior interação possível.

Os grupos de trabalho são as unidades básicas da rede. São as estruturas mínimas que a compõem e nela se enlaçam. Em conjunto constituem a base da rede e sempre atuam como sua parte. Estão projetados para tornar permanente a participação na vida da organização, permitindo a manutenção de uma atividade diária constante e contínua de todos os membros, cada grupo realizando uma função ou tarefas específicas necessárias para a organização. Mas sua composição numérica necessariamente não pode ser arbitrária. Quanto menor for o tamanho dos grupos, menor será a velocidade da rede em conjunto para a comunicação e a tomada de decisões. Mas quanto maior for o tamanho dos grupos, maior será a dificuldade para uma atividade permanente e, em certo ponto, torna-se necessário dividi-los em dois, uma assembleia e um órgão delegado. Precisamente grupos que visam prescindir de mediações em favor de relações diretas de cooperação entre iguais e dando-lhes autonomia. A relação entre o tamanho dos grupos e a centralização da rede permite alcançar um equilíbrio mutável que combina rapidez e participação. Assim, eles constituem a forma organizativa necessária a revolucionários/as para combinar eficiência com liberdade, unir a cooperação revolucionarizante com a luta imediata.

Os grupos também tornam possível suprimir em grande parte a separação entre o conjunto dos membros de uma organização e seus órgãos centrais, por serem os órgãos delegados imediatos compostos por delegados/as de cada grupo que transmitem seus respectivos mandatos, e os seguintes ainda assim constituídos por membros dos mesmos grupos, impedindo a separação burocrática entre trabalho intelectual-decisório e trabalho manual-executivo, permitindo um controle mais direto e permanente pelas bases.

1.2. Aplicações do novo método organizativo no movimento proletário

Assim, a Rede de Grupos pode ser aplicada como um método de organização geral da classe proletária, mas lutando contra as relações alienantes e suas consequências. No caso das velhas formas de organização - sindicatos e partidos políticos de trabalhadores - isso não é possível, exceto em circunstâncias excepcionais e desde que o caráter alienado dessas formas de organização não tenha se consolidado tanto nas cúpulas quanto nas bases.³

Como forma organizativa de massas, a Rede de Grupos se aplica à organização dos processos de discussão, informação, tomada de decisões e coordenação, diária e permanente, nos locais de trabalho, que surgem como uma necessidade imediata em conflitos e lutas com o capital que são forjados espontaneamente, sem organização prévia. Nestas batalhas diárias, a superioridade da Rede de Grupos como método de organização é dada pela necessidade de cobrir o conjunto do proletariado e uni-lo sem autoritarismo, enquanto as condições e relações existentes configuram uma ditadura patronal cada vez mais aberta. Aqui, a Rede de Grupos é a maneira de organizar a luta clandestina contra a ditadura capitalista sobre a vida no mundo do trabalho e na vida social em geral (uma vez que a repressão está presente em todos os âmbitos e não apenas no âmbito do trabalho).

Mas a aplicação mais importante é que a Rede de Grupos permite abrir, a partir do estado atual do movimento operário, um processo de transição, articulação e autoconstrução do conjunto da classe proletária como movimento assemblear unitário e permanentemente organizado. A partir desta perspectiva, a Rede de Grupos Proletários (R-GGPP) é a forma organizativa que atualiza a ideia das assembleias de fábrica nas condições atuais da luta de classes. Mas não atualiza apenas de uma maneira nova, cujo desenvolvimento será progressivo, a experiência das assembleias de fábrica nos anos 70 que, juntamente com comitês e conselhos proletários, aparecem espontaneamente e se desenvolvem por saltos em tempos de crise. *A R-GGPP é a organização que complementa essa espontaneidade.* Além disso, os Grupos Proletários são as células que dão corpo ao processo de construção e desenvolvimento da força proletária individual como elemento de poder coletivo, são o apoio ativo dos conselhos proletários e da livre participação política dos trabalhadores.

³ Além disso, do ponto de vista formal, nos sindicatos, cujo princípio ativo é o recrutamento indiscriminado de massas, a forma da rede de grupos colide contra os setores reacionários que inevitavelmente se acumulam. Nos partidos, por sua vez, a rede de grupos se choca com o princípio do disciplinamento unificado concebido de modo burguês, isto é, hierarquicamente, uma vez que os grupos só tem sentido para desempenhar funções ou tarefas concretas da organização, o que requer um alto grau de autonomia enquanto o partido exige a subordinação das partes ao todo em abstrato - ao centro delegado (do contrário não poderia se basear em uma concepção teórica e prática uniforme que todos os membros devem cumprir, dando origem ao contínuo desenvolvimento de iniciativas teóricas e práticas que atentariam diretamente contra a uniformidade de pensamento e unidade forçada na ação em que se assenta a força de um partido. Por este motivo os partidos tendem necessariamente a negar a autonomia das massas, vendo a espontaneidade como um problema e não como a maneira pela qual a classe se auto-desenvolve como sujeito consciente e organizado).

1.3. Características gerais da R-GGPP

Em linhas gerais, além de superar as relações sociais que definem as formas tradicionais de organização, o movimento proletário de massas e assemblear organizado sob a forma de Rede de Grupos Proletários supera os limites que o sindicalismo estabelece para a unidade de ação da classe, ao dividi-la segundo ideologias e concepções globais quando o mais básico e imediato são as reflexões e os problemas cotidianos que são muito concretos. A partir deste critério, a R-GGPP tem como princípio a **unidade de classe imediata**, estabelecida em torno de plataformas reivindicativas com objetivos imediatos, as quais, em sua maioria, são gerais, compartilhadas pelo conjunto do proletariado. Em complemento a este princípio, a **livre e permanente tomada de decisões políticas**, como uma maneira de estabelecer a máxima unidade na ação, contra a imposição de linhas e pontos de vista globais sobre a forma de se alcançar objetivos. Todos os acordos estão subordinados às necessidades imediatas e são passíveis de serem continuamente re debatidos, possuindo um caráter concreto e sua validade não se estende para além do problema específico. Em suma, a R-GGPP prima pela unidade prática da classe para a luta imediata, deixando a construção da unidade teórica e as perspectivas de futuro para formas de organização baseadas em um nível superior de compromisso: as formas que ultrapassarão sindicatos e partidos.

Pela via do desenvolvimento superior da cooperação, a R-GGPP e o conjunto de práticas destinadas a tornar a participação plena, são os meios práticos para construir um novo movimento proletário livre dos obstáculos do movimento tradicional e adaptado às novas condições da luta de classes (aguçamento da exploração e dominação totalitária do capital). *É a organização permanente do movimento proletário assemblear, a União Proletária sem divisões por filiação sindical, partidária ou ideológica.*

O compromisso de cooperação que deve fundamentar a adesão à R-GGPP deve se limitar ao mínimo imprescindível. Podem pertencer a ela todos os proletários e proletárias que assumam seus princípios práticos de funcionamento, estruturação e a necessidade da luta de classes autônoma para melhorar a situação atual. Pertencer à R-GGPP exigirá respeitar os acordos livremente adotados, pagar as mensalidades definidas, realizar as tarefas que se assumiu com antecedência e voluntariamente e defender os posicionamentos conscientemente adotados pela rede sem discriminar a livre exposição de critérios individuais ou de grupos.

A R-GGPP define como seus princípios de funcionamento - que são práticos e não apenas teóricos - autoavaliação, auto-organização e autodeterminação de seus membros. Ou seja, a mais ampla liberdade. Deve servir como um meio de estimular a consciência sobre as capacidades de pensamento e ação em seus integrantes (auto-avaliação), deve se orientar pela busca da máxima participação na tomada de decisões fazendo dos grupos e assembleias os órgãos máximos de decisão de forma permanente (auto-organização) e deve assentar sua atividade no pensamento livre

e reflexivo de todos os seus membros, sempre voltada a procurar a coerência com as necessidades reais, tanto individuais quanto coletivas (autodeterminação).

Os objetivos da R-GGPP não são economicistas. Os problemas imediatos da classe proletária não são apenas econômicos, possuem também sua dimensão política e cultural. A R-GGPP é uma organização unitária que não está necessariamente limitada às tarefas “sindicais”. Como todas organizações, sua prática será expressão do nível de consciência de seus membros e, diferentemente das organizações tradicionais, promove a iniciativa e inteligência individuais no lugar do mero pagamento de mensalidades e do consentimento passivo.

1.4. Bases, perspectivas e fundamentos teóricos da R-GGPP

Além de sua superioridade se considerada da perspectiva de ser um método organizativo emancipador, discutida acima, a R-GGPP responde à necessidade imediata de uma organização mais flexível em razão das novas condições da organização produtiva capitalista, principalmente a descentralização e a elevação da composição orgânica do capital. Isto é, unidades de produção fisicamente separadas e menores.

Na época das grandes fábricas a estrutura básica da organização imediatamente necessária para o conjunto do proletariado era uma forma delegativa (comitês ou conselhos de fábrica) com uma base de massas (grandes assembleias de fábrica). Agora, esta fórmula está defasada com as novas condições de produção flexível e móvel. Além disso, as estruturas massificadas foram a expressão de uma determinada consciência de classe fundada no poder numérico e reforçavam objetivamente este nível de consciência. Esta consciência espontânea estava ligada às antigas condições de produção uniformizantes da grande fábrica (organização vertical do trabalho - taylorismo - e produção em cadeia - fordismo). Era o que pode ser chamado de consciência do “operário-massa”.

Nas novas condições o poder proletário só pode se basear na consciência da *natureza social do processo de trabalho* e na correspondente extensão social do movimento proletário. A forma de Rede de Grupos é, a este respeito, a forma como o movimento proletário pode introduzir *toda a massa proletarizada sem distinções* nos circuitos da cooperação autônoma, atraindo-a não apenas subjetivamente para sua atividade, mas também objetivamente, isto é, implicando-a praticamente na construção do movimento social do proletariado.

Portanto, a R-GGPP está determinada principalmente pelas necessidades organizativas objetivas definidas pelo capitalismo. Mas também pelas necessidades subjetivas da classe no tempo presente. E além de tudo isso, a R-GGPP determina positivamente o desenvolvimento da consciência e da força da classe proletária. Localiza na prática o desenvolvimento do poder proletário como fundamento para qualquer avanço contra o poder capitalista. Para isso o primeiro

passo é converter - desenvolvendo - a consciência de classe pós-moderna fundada na precarização, e, portanto, centralmente política,⁴ em *consciência de classe social*.

Consciência de ser *classe social dominada*, ou seja, afetada como tal por todas as dimensões da vida social, em que também acontece, na atualidade, uma submissão total ao Capital. E *consciência social* no sentido simples: consciência de seu papel social como produtores/as, mas também consciência do caráter social do processo de trabalho e produção, pelo qual toda a massa social tem responsabilidade, posição e interesses determinados na organização da sociedade, não existindo setores “independentes” do modo de produção capitalista - e consciência histórica como classe - em virtude da qual nos atribuímos direitos sociais à socialização do progresso tecnológico/produtivo e um poder político coletivo.

Em síntese, o objetivo imediato do movimento é o *armamento* do proletário/a *social*. Que esta categoria teórica deixe de ser uma atribuição de poderes para a “massa produtiva” (como na Autonomia italiana e Toni Negri) e se torne um objetivo prático de desenvolvimento do poder proletário socialmente acumulado, potência intelectual e física. A um novo movimento proletário corresponde uma nova consciência de classe fundada em princípios diferentes. O/a proletário/a social é o horizonte político da *vanguarda proletária* hoje e é também a construção viva da força criativa do comunismo.

Aplica-se aqui o mesmo que a todo o nosso programa (e que é programa apenas formalmente): *o comunismo deixa de ser programa para se tornar princípio e deixa de ser teoria da realização da emancipação proletária para se tornar método prático de combate contra a dominação capitalista*. Apenas o que se mostra válido como método de libertação no presente pode estar suscetível de ser considerado válido como teorização da futura emancipação. **O comunismo é um projeto social** que se constrói dentro do capitalismo por meio da produção coletiva, física e intelectual **da classe proletária em luta**.

Somos nós, proletários/as, que temos a capacidade revolucionária. A consciência abstrata da identidade em torno do trabalho deriva, em sua forma massiva, em um movimento proletário em que todos os setores do trabalho social estão misturados e seu papel e características subjetivas são ocultadas e solapadas pela identificação entre força de ação da classe e força numérica do movimento. A nova consciência que defendemos - a que identifica a natureza social do processo de trabalho - conduz que a identidade de classe é definida em nível individual em torno da posição nas relações de produção concretas e no plano coletivo em torno do caráter social concreto que o trabalho que fazemos possui como parte de um processo global de produção. Nossa força resultará,

⁴ Nota a esta edição: possuir consciência centralmente política significa que a situação de precariedade do trabalho assalariado faz com que o capital seja percebido como um poder sobre o/a proletário/a, que governa não somente a sua atividade no processo de trabalho, mas também a sua entrada e saída do mesmo, que o capital domina diretamente sua vida.

portanto, da luta contra as próprias relações de produção sob a forma de uma luta que engloba todos os processos de trabalho social que compõem a totalidade do processo produtivo.

Proletários e proletárias têm na organização atual da produção a expressão imediata de seu caráter social e do caráter social do nosso processo de trabalho. Dito de modo mais técnico, trabalho e produção estão explicitamente organizados em função de condições e necessidades exteriores. O processo de produção vai além da fábrica isolada, a produção é planejada com base em contratos ou cálculos de vendas, o desenvolvimento dos meios de produção subsume cada vez mais o trabalhar em um sistema de cooperação, etc. Nossa posição na produção é determinada por fatores externos à fábrica. A flexibilização do trabalho prejudica o corporativismo de empresa e o individualismo de profissão. Esta é a base objetiva que dá ao trabalho individual um caráter imediatamente social em sentido pleno (não limitado à cooperação dentro da fábrica nem afetado por vínculos corporativos ou assegurado pela profissão), transformando a consciência imediata em *consciência social completa*.

A R-GGPP toma por base esta realidade objetiva e serve ao desenvolvimento de uma luta e de uma consciência de classe de acordo com o caráter completamente social do processo de trabalho individual.

1.5. Implementação prática da R-GGPP

No início da construção da R-GGPP os grupos podem ser formados a partir dos conflitos no local de trabalho ou do agrupamento de indivíduos avançados que trabalham no/s mesmo/s setor/es produtivo/s. Neste estágio (fase atomizada) as únicas estruturas permanentes são os grupos e sua coordenação e assumem assim todas as tarefas e funções em cada um de seus respectivos campos de ação.

Quando for possível formar coordenações por setor, uniões de grupos por local de trabalho ou empresa, etc., então começará a ser aplicada a divisão de tarefas e funções entre os grupos de acordo com seu âmbito de atuação (local de trabalho, setor, etc). Este começo da divisão do trabalho aumentará significativamente a capacidade e a qualidade da ação combativa da R-GGPP que irá adquirir continuidade, ainda que persista a atomização por empresas, setores e localidades (fase globular).

Ao se atingir presença suficiente na maioria dos setores ou ramos envolvidos em um dado complexo de produção, como por exemplo o naval (ramo metalúrgico, construção, madeireiro, automobilístico, limpeza, etc.), se alcançará o que consideramos a estrutura básica da organização capitalista de produção: complexos de produção-distribuição de mercadorias (fase de inserção do estabelecimento da R-GGPP). Neste ponto da construção da R-GGPP, torna-se possível implementar sua capacidade superior de combate, unificando todas e todos os trabalhadores

envolvidos no processo concreto de autovalorização do capital, da produção à distribuição. A nova forma de organização poderá assim se inserir no conjunto da classe e realizar na prática seu caráter de organização do proletariado como classe e o potencial combativo que coloca em movimento poderá por sua vez penetrar no tecido da ditadura capitalista, destruindo sua eficácia e atacando-a em todas as frentes.

Considerando o problema de modo abstrato, a construção da R-GGPP poderia começar tanto por dentro quanto por fora das estruturas sindicais. Isso ocorre por incompreensão do real conteúdo e da prática do sindicalismo e sua integração no capitalismo ser considerada como algo acidental ou devido a causas político-ideológicas (superestruturais). Pode acontecer inclusive que o proletariado tente formar novos sindicatos em momentos agudos da luta de classes, inicialmente minoritários e não burocratizados, sustentados de fato pela autoatividade da própria classe em luta. Mas o verdadeiro caráter da organização sindical tende a se impor rapidamente. Portanto, apenas em tais casos e em períodos excepcionais - com uma tendência de aumento na autoatividade da classe, de sua iniciativa e participação consciente na organização - a ideia da rede de grupos dentro de um sindicato poderia ser aplicada. Mesmo assim implicaria na dissolução do sindicato como tal em todos os aspectos. Mas esses novos sindicatos raramente surgem. E cada vez menos na medida em que a classe proletária, intuitivamente, passa a compreender que os sindicatos não são a solução para os seus problemas. Também é possível que se confunda este tipo de sindicalismo em sua infância com os sindicatos minoritários e frações sindicais críticas, que não são a expressão real da tendência do proletariado a agir autonomamente, mas, pelo contrário, geralmente resultam de divisões dentro da burocracia dos sindicatos majoritários ou, no caso do “sindicalismo revolucionário” que, como sindicatos anarquistas, não passam de sindicatos comuns em que se tentam suprimir as tendências burocráticas pela democracia sindical e, na prática, tais tendências são mistificadas ideologicamente. Como veremos adiante, em todos os aspectos as características da R-GGPP são antagônicas com as formas organizativas e as políticas sindicais.

Vale destacar que a Rede de Grupos é estruturada de acordo com o trabalho prático e isso implica certo nível mínimo de desenvolvimento da cooperação da classe. A formação de grupos exige que pelo menos um ou mais trabalhadores/as que o integram tenham uma atitude ativa para compensar a relativa passividade do restante. A passividade generalizada nas bases da R-GGPP está descartada e implica na sua dissolução, porque seus membros apenas podem a ela pertencer na condição de integrantes de um grupo dotado de funções concretas com base na luta por objetivos imediatos. Além disso, a contradição entre passividade e atividade dentro do movimento da classe aparece imediatamente diante dos olhos como o que realmente é: a contradição entre aqueles que entendem a necessidade de se organizar e lutar e aqueles que não o fazem (passivos). Por esta razão,

elementos totalmente passivos se autoexcluem *a priori* de participar em uma forma de organização destas características.

Considerados por si mesmos, separados, os grupos não são uma organização de combate, mas eles são a base imprescindível para impulsionar e canalizar de forma coordenada a força intelectual e material da classe proletária em um nível mais elevado, que corresponde também ao maior nível de dominação capitalista sobre a vida e a consciência. Ao afirmar a Rede de Grupos como um método permanente de construção do movimento proletário, afirmamos ao mesmo tempo implicitamente uma nova concepção do próprio movimento, concepção baseada na cooperação (grupos), na independência (proletários) e na unidade livre e permanente tendo como seu centro indivíduos (rede autônoma). Isto é, na autonomia de classe cujo motor é o desejo de libertação e união energizados pelo antagonismo de classes.

Por estas razões, a R-GGPP não pode agrupar a maioria da classe na mesma organização, exceto em períodos de aguda luta de classes. E sua capacidade de ser a organização permanente do proletariado *como* classe - e não uma mera organização de classe, de uma parcela da classe - dependerá de superar o corporativismo e dependências espirituais da classe organizada sobre os sindicatos, bem como do desenvolvimento global da consciência da necessidade de se organizar de forma permanente.

Finalmente, temos de abordar questões estratégicas decisivas. Os núcleos proletários mais fortes estão onde se produz uma combinação entre um grande e constante volume de produção com uma elevada integração entre empresas e ramos. Metal, têxtil, automotor, pesca, são na Galiza exemplos de alta integração em relação à desintegração característica de uma estrutura econômica subdesenvolvida como a galega. Assim, a auto-organização proletária terá necessidade de adotar extensões fora da Galiza.

2. CRITÉRIOS PRÁTICOS: ULTRAPASSAR AS DIVISÕES E ESPECIALIZAÇÕES

2.1. Sindicato Industrial ou União Proletária

O sindicalismo moderno corresponde ao modelo de *sindicato industrial* nascido da superação das formas de organização por ofício (*trade-unions*, uniões de ofício). Sua organização está fundamentada nos interesses individuais imediatos dos/as trabalhadores/as.

Posto que o sindicalismo industrial parte dos interesses individuais imediatos, estes aparecem determinados - na organização capitalista da produção que surge com o desenvolvimento industrial contínuo entre meados do século XIX e continua além de meados do séc. XX - por ramo ou tipo de indústria ao qual pertence, ou seja, pelo conteúdo material concreto da produção que realiza

(conteúdo material do trabalho coletivo) e não mais pelo conteúdo concreto do trabalho individual (ofício).

Ao partir do conteúdo imediato comum do processo de trabalho, o sindicalismo industrial não supera o conteúdo do sindicalismo de ofício, supera apenas sua forma orgânica e cria outra mais ampla e adaptada ao modo de produção capitalista. O mesmo poderia ser dito da R-GGPP, mas agora veremos por que não.

A forma atual de produção capitalista não é o resultado de um desenvolvimento natural das forças produtivas. A passagem da grande fábrica centralizada para uma combinação de várias fábricas ou empresas entre as quais se divide o trabalho obedece à necessidade do capitalismo decadente de obter custos de trabalho mais flexíveis e à necessidade de aumentar as divisões entre o proletariado e trabalhadores/as em geral. Portanto, a questão é que não há correspondência objetiva e necessária entre o capitalismo e as formas de organização proletária. As formas de organização proletária não estão, como tais, determinadas pelo capitalismo, mas pelo desenvolvimento da consciência de classe e pelos objetivos de classe que define. Ou seja, o sindicato é uma forma de organização que corresponde a uma perspectiva reformista, por tal motivo teria necessariamente que perder toda a validade com o declínio do reformismo. Também por isso, a R-GGPP é a forma de massas que verdadeiramente corresponde a condições marcadas pela decadência do capitalismo, a forma mais abrangente de um movimento cujo objetivo final não pode ser outro que a revolução proletária.

Dado que o sindicato industrial (sua definição histórica diz tudo) organiza trabalhadores/as por ramo ou tipo de trabalho coletivo, tende a nos dividir de acordo com a nossa participação na produção ou na distribuição, além de nos dividir por ofício-profissão coletivo. Mas, de um ponto de vista materialista, a separação existente na organização da economia capitalista como estrutura e processo no qual a circulação e a valorização do capital se realiza, não se dá entre produção e distribuição, mas entre *produção e consumo*. Por consequência, unidades de produção não devem ser definidas com base na mesma especialização do trabalho, mas como unidades de valorização do capital que incluem o processo de distribuição como parte essencial de sua existência e atividade. Não há divisão entre produção e mercado, salvo quando nos colocamos fora do modo de produção capitalista (na economia doméstica de subsistência, em que não há troca monetária, ou na economia puramente especulativa que não produz valor objetivo).

Seguindo a inspiração da experiência revolucionária alemã da AAUD (União Geral dos Trabalhadores da Alemanha) e da AAUD-E (E de Organização Unitária, política e economicamente), a União Proletária deve tomar como referência a organização de fábrica. Mas por “fábrica” não se deve entender a limitada concepção sindicalista, mas a unidade de produção real “fábrica, mina, mecanismos, complexo econômico, distrito comercial” (Otto Rühle). Essas

elaborações sobre a organização capitalista da produção como fundamento real da forma organizativa de massas do proletariado estão hoje em dia muito mais vigentes do que na década de 1920 quando foram formuladas. A fábrica como unidade de produção integrada foi superada e a unidade atual compreende processos de produção cada vez mais complexos, nos quais incidem diretamente diversos ofícios e diferentes ramos de produção envolvidos. Enquanto, por outro lado, a mudança qualitativa do sindicato de ofício para o sindicato de indústria pode ser interpretada como uma recuperação reformista desta experiência, que não se limitou ao aparecimento das primeiras organizações industriais porque estas foram a consumação de amplos processos espontâneos de luta de massas. Deve-se ao sindicalismo revolucionário (que apareceu em momentos excepcionais de ascenso da luta proletária) e às tentativas organizadas para superar o sindicalismo como tal, que deram expressão organizativa para essas lutas unitárias por fábrica e por indústria. E o sindicalismo atual assimila a ambas em seguida para poder se colocar como mediador entre proletários e patrões. Da mesma forma, hoje é necessário dar expressão às incipientes lutas unitárias atuais que, em grandes centros de produção que fundem vários ramos, são a antecipação do que virá com o desenvolvimento capitalista em nosso tempo.

De um ponto de vista técnico, a fábrica é o sistema de transformação que realiza um determinado produto. No entanto, na estrutura econômica capitalista, o desenvolvimento produtivo também é um desenvolvimento da complexidade de produção, relacionando claramente ramos inteiros da produção, alguns quase que total e permanentemente, outros parcial e/ou temporariamente. Como se verá, o modelo que propomos apresenta estruturas que poderiam ter sido adotadas no passado. No entanto, é a *especialização produtiva das empresas* - intensificada pela competitividade no quadro global de um sistema descentralizado de organização da produção - e a formação generalizada de complexos de produção-distribuição que conduz a que estas estruturas *complexas* sejam predominantes na economia capitalista.

Ainda assim, chegamos um pouco tarde: com as tendências para a diversificação acentuadas pelas tendências de declínio do capitalismo e com o desenvolvimento da mobilidade laboral no proletariado e de certa perda de especialização profissional, a unidade orgânica baseada nos complexos de produção-distribuição deve necessariamente ser complementada com a flexibilidade suficiente para interligar e tornar operativa toda essa estrutura variável, combinando as ligações de massas na produção real com as ligações individualizadas em relação à empresa. Por exemplo, uma empresa metalúrgica pode realizar atividades no complexo naval e também no complexo da construção, de tal modo que cada coletivo de trabalhadores se organiza primeiro pelo complexo (e passa de uma União Proletária a outra de acordo com a alternância de um complexo para outro), mas também institui uma coordenação por empresa ou corporação empresarial para problemas específicos que surjam dentro dela.

As diferenças entre o sindicato industrial e uma autêntica *união proletária* se materializam nas estruturas orgânicas e nas políticas práticas que cada uma delas realiza. O sindicato industrial se estrutura em federações por ramos, separando o trabalho industrial do trabalho comercial e dividindo por ramos os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em um mesmo complexo econômico. Se a R-GGPP se assenta no desenvolvimento da consciência social e da auto-atividade dos/as proletários/as, o sindicalismo contribui para deteriorar a consciência de classe e estimular o corporativismo e o reformismo em geral. Esta divisão orgânica por ramos nem sempre é explícita e pode ser escondida atrás de estruturas de federações aglutinadoras que mais se caracterizam por subordinar os setores menores aos maiores. Este critério organizativo é somente o reflexo das concepções organizativas que a burguesia aplica na organização do trabalho, dividindo-nos em nossas condições de trabalho por ramo, por empresa, por especialidade laboral, etc.

2.2. Critérios para estruturar a R-GGPP abrangendo os complexos econômicos

Um complexo econômico é a estrutura de produção e distribuição para desenvolver o mesmo processo econômico. Este processo econômico é definido pelo produto final que realiza uma necessidade social completa.

Os complexos podem ser mais ou menos heterogêneos segundo os setores e subsetores que englobam, as relações de produção intercapitalistas que os configuram podem ser mais ou menos diretas e pode haver diferentes níveis de integração (permanência de relações entre empresas, entre ramos, etc). No entanto, o que define um complexo é a realização de uma mesma necessidade social entendida de forma completa e não especializada.

As necessidades de moradia, alimentação, vestuário, deslocamentos, conhecimentos, entretenimento, etc. são necessidades completas. A necessidade de móveis e a necessidade de casa são duas necessidades especializadas que são realizadas por meio de um mesmo produto final não separável: casa mobiliada. Assim, a fábrica de móveis e a construtora de casas estão entrelaçadas socialmente, embora as suas relações diretas não possuam integração significativa (tanto os móveis quanto a casa são adquiridos em particular pelo proprietário da casa). O que conta aqui são as relações econômicas reais. O que determina a existência real de um complexo é a existência de relações econômicas que unifiquem a produção e, conseqüentemente, a tornem mais ou menos interdependente.

Por exemplo, um grupo de empresas de hidráulica, alvenaria, electricidade, etc. podem estar integradas na construção de um mesmo edifício, existindo entre elas relações de integração direta e permanente durante o processo de produção (integração produtiva direta). Outros casos se caracterizam pela produção separada de itens que depois se unem no processo de produção final, como no caso da indústria automobilística (integração produtiva indireta). Pode ainda não haver

integração dos processos de produção e seu entrelaçamento ocorrer somente por meio do mercado (integração comercial) ou através do consumo pessoal (indireta) ou por meio de centros de distribuição comuns (direta). Porém, se a integração define a existência ou não de um complexo, o seu grau não é determinante. O que determina o grau de integração é a viabilidade do complexo analisado como base organizativa para o movimento proletário, que deve encontrar uma maneira de combinar o abarcar de todos os processos econômicos com uma estrutura o mais permanente possível para unificar ramos e empresas sem cair em hiperdimensionamentos ou na atomização.

Assim, chegamos a um conjunto de princípios para avaliar a organização com base em complexos econômicos: existência e grau de integração, tamanho das massas trabalhadoras que compreendem e assunção de todos os processos econômicos.

Estes critérios devem ser aplicados tendo em conta a unidade do processo de valorização do capital a partir da perspectiva da realização de mais-valia, do consumo social - o qual, visto de outra perspectiva, é a perspectiva do valor de uso e das necessidades humanas. Independentemente do nível ou grau de integração, todos os complexos econômicos unificam sua atividade na realização de mais-valia por meio do consumo social. Mesmo os complexos que não possuam integração produtiva dependem da realização de mais-valia e esta encontra a sua unidade e interdependência no consumo final, individual ou geral.

Uma vez claros os critérios para se organizar por complexo econômico, deve ser abordado o aspecto territorial. Os complexos são estruturas econômicas móveis e flexíveis, como é a organização do trabalho. Os complexos podem estar constituídos por diferentes empresas de distintos ramos que estejam localizados em grandes distâncias mesmo que, por exemplo, possam ser integrados em um único local de trabalho para um processo ou obra determinados. Assim, a R-GGPP implica uma atitude internacionalista prática por necessidade. A economia capitalista é um sistema global integrado. A organização de classe com base nos interesses imediatos deve ser internacionalista, juntando estruturas de carácter nacional com suas características próprias com estruturas internacionais que partam do princípio da libertação nacional proletária: autoconstituição do proletariado em nação, independência constituinte na configuração das relações e autonomia máxima para questões específicas relacionadas com a igualdade inter-nacional (*autonomia na igualdade* que já não é um princípio específico sobre as relações internacionais, mas um princípio essencial de todo o movimento proletário em geral).

2.3. A organização por complexo e a transformação da luta de classes

Assim, a organização proletária abrange desde o processo de exploração do trabalho até o processo de realização de mais-valia. A base para a valorização do capital são relações reais de produção, com base na auto-valorização do proletariado também. O fato destas relações serem mais

ou menos diretas ou mais ou menos permanentes não influem porque as relações comerciais e de consumo são relações de reprodução que dependem da produção e as relações que existem mesmo esporadicamente podem ser englobadas num único mercado final (produtos interdependentes).

Se o fim do circuito da valorização do capital é o consumo social, o alcance último da organização de classe está também no consumo social. Assim, na organização de classe se suprime a visão fragmentária da sociedade entre produtores e consumidores, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre trabalho técnico-administrativo e trabalho executivo-produtivo, etc.

O sindicato não apenas parte da separação entre produção e distribuição em sua organização e vida interna, mas também trata separadamente os assuntos de ambas as fases do processo econômico. A inflação, por exemplo, está fora do âmbito de atuação das federações sindicais e requer uma atuação centralizada, que somente os órgãos centrais do sindicato podem desenvolver. Com a organização unitária por complexo é o conjunto de trabalhadores/as que pode atuar diretamente sobre as condições de consumo (preço, qualidade do produto, salubridade, etc.). Isto cria também a base para uma luta direta pelo planejamento da produção com base nas necessidades sociais - e não nos lucros - e na gestão proletária sobre a vida econômica.

A nova concepção de organização de massas suprime a separação entre o marco de organização e de luta organizada da classe e a função social das estruturas produtivas. O território organizativo, o complexo, é identificado em função das necessidades sociais para as quais existe e a luta organizada está assim diretamente ligada aos interesses gerais da sociedade, podendo expressar em seu poder a vontade e os interesses gerais da sociedade contra a ditadura capitalista. O proletariado consciente pode arrastar para sua luta o conjunto das massas, uma vez que os seus objetivos podem considerar a sua situação tanto na produção quanto no consumo.

Esta estruturação unitária dos interesses sociais da classe proletária imprime na consciência da classe que sua luta e sua organização são a expressão não somente de seus interesses particulares e imediatos, mas também dos interesses gerais da maioria da sociedade. Assim, um passo decisivo é dado para superar a consciência pequeno-burguesa definida em torno da profissão, do grêmio, da empresa isolada, etc.

A luta na esfera econômica inclui as condições objetivas necessárias para aumentar o seu nível de energia até o nível político do poder do Capital. Desafiando o sistema ditatorial fábrica-Estado e opondo-lhes a autonomia do proletariado como classe. Mesmo reunindo uma minoria ativa do proletariado, a R-GGPP significa o soterramento prático do domínio subjetivo da burguesia: é o movimento de levantar de seus *coveiros*.

A união do conjunto de trabalhadores/as em complexos econômicos permite que o peso do proletariado possa ser efetivamente sentido com centralidade, seja na luta de classes, seja na dinamização da consciência de classe. Sem isso, o restante de proletários e proletárias são, pela sua

condição, presas fáceis da dominação ideológica e da impotência. A reconcentração das forças proletárias em unidades superiores às dos sindicatos permite introduzir na luta de classes os segmentos isolados do proletariado das microempresas agrícolas, industriais e comerciais. Além disso, a concentração de forças é a *base para a luta de classe ofensiva*, para conquistar mudanças substanciais e para um programa antagônico ao capitalismo.

2.4. Divisões por remuneração e profissão

A especialização por ramo ou processo permite que o capital hierarquize as remunerações do trabalho, que aparecem como desigualdades “escondidas” pela diversidade de estratos e categorias profissionais estabelecidas de acordo com suas funções de trabalho no processo de produção-distribuição.

Considerando o processo econômico-social unitariamente, pode ser calculada a produtividade média em jornada normal para cada posto de trabalho, diferenciando estes não pelo ofício, mas pelo nível de qualificação exigida. Este critério permite homogeneizar salários e soldos e reduzir a diferenciação de remuneração por diferenças objetivas na composição e duração do tempo de trabalho. Estas incluem não apenas o cálculo das horas de trabalho e uma escala da intensidade e das qualificações que o trabalho requer. Obviamente haverá suplementos para trabalhos perigosos, noturnos, etc. Sera aplicada a regra: para trabalho igual, salário igual.

Assim, será suprimida a hierarquia capitalista feita com base na importância do trabalho para a efetivação de processos de valorização de capital, não em termos de produtividade do trabalho e de sua composição e características reais. Ao combater a hierarquia capitalista dos salários perde sentido a existência de comando profissionalizado claramente improdutivo e se suprimirá também a separação (remuneração, categorias, qualidade das condições de trabalho) entre trabalho produtivo e improdutivo em geral (entre pessoal imediatamente produtivo e pessoal administrativo e técnico). Com esta luta não apenas se potencializa a unidade entre trabalhadores/as enquanto se busca elevar o poder econômico da classe, mas também se questiona na prática a base econômica da hierarquia de poder nas unidades de produção. Sem privilégios não apenas são suprimidos gastos improdutivos que consomem uma parte da mais-valia oriunda da exploração proletária, como também se suprimem os suportes práticos do comando patronal. Na prática esta luta, com tendência para aplicar a regulamentação da remuneração de acordo com o tempo e outras qualidades objetivas do trabalho realizado, visa estabelecer a base econômica da organização socialista da produção.

Uma vez determinadas pelo mesmo critério a produtividade, habilidades, etc., do trabalho improdutivo realizado pelo pessoal técnico-administrativo e de comando, este será remunerado seguindo uma estrutura única de categorias profissionais com a correspondente remuneração. Por sua vez, esta estrutura deve contemplar *categorias profissionais únicas* para medir o trabalho

produtivo, o administrativo, o técnico, o de transporte, etc. para que as diferentes remunerações sejam objetivamente verificáveis. Se objetivará alcançar a menor divisão possível das categorias, limitando variações relativas às qualificações profissionais (peão, operário especializado, diretores, etc.), ou seja, constituindo *categorias genéricas de produção*, de modo que a distinção por função (peão produtivo, peão administrativo, etc.) só fará sentido do ponto de vista do dever do capitalista para com as condições particulares de trabalho no caso de um conflito individual ou parcial. Esta supressão da divisão especializada por critérios capitalistas é, portanto, uma construção da unidade subjacente da classe nas atividades de trabalho diárias.

Obviamente que será necessário lutar também contra as hierarquias de remuneração que existem entre empresas, derivadas, por exemplo, de acordos coletivos firmados por empresa. No mesmo complexo de produção o processo de valorização forma um todo. Maiores salários e melhores condições de trabalho em uma empresa central são o resultado indireto de salários mais baixos e piores condições de trabalho nas empresas periféricas ou menores. Se as interrelações objetivas existentes por complexo produtivo determinam um processo social *indivisível* de produção e distribuição, toda a massa de trabalhadores envolvidos neste processo deve ter as mesmas condições de trabalho em geral (igualdade intersetorial).

As distinções por ofício passarão a um plano secundário e só serão importantes para determinar complementos salariais nos casos de trabalhos perigosos, insalubres, penosos. Nessas compensações devem ser incluídas, para alcançar a igualdade real, complementos que incluam todas as diferenciações causadas pelos diferentes tipos de trabalho.

2.5. Divisões por convenções e acordos coletivos firmados

Como dissemos, os sindicatos modernos são caracterizados por estarem integrados na organização da produção capitalista. Eles assumem seus princípios orgânicos de especialização. Este fato, além de se efetivar na estrutura organizativa que o sindicato adota, se efetiva na política sindical de negociação de acordos e convenções. Uma vez que não é permitido lutar por medidas revolucionárias que tendem a remunerar o trabalho de acordo com a medida de tempo e a organizar a sociedade de acordo com o princípio da satisfação das necessidades individuais (“dê cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”), a política sindical consiste em tentativas de compensar as características próprias do capitalismo deixado ao seu livre arbítrio. Mas isso o sindicato só pode fazer multiplicando as negociações, tanto territorial quanto profissionalmente. Acordos mais específicos dependem das condições dos acordos mais gerais, acordos de âmbito mais limitado corrigem os acordos de âmbito mais amplo. O resultado desta política reformista é a divisão por padrões de negociação e a hierarquização dos/as trabalhadores/as de acordo com suas condições econômicas de trabalho (principalmente salariais, mas também sobre

o nível de investimento forçado em medidas de previdência, etc.) ou suas condições de vida (previdência social, seguro desemprego, pensões, etc.).

Em todos os acordos a tendência constante é para a especialização por ramo profissional e até mesmo por processo produtivo particular, intensificando a fragmentação de cima para baixo, ou seja, quanto mais próximo do controle da classe proletária estiver o marco de negociação coletiva mais fragmentado se apresenta, causando nossa divisão institucionalizada. Outra característica muito importante e nítida que mencionamos anteriormente é a separação entre indústria e comércio, entre proletariado industrial e funcionários, que também se reflete na estrutura dos acordos.

Embora os acordos industriais nacionais tenham, por vezes, um caráter integrador e até mesmo incluam alguma parte da distribuição, outros acordos estaduais e interestaduais menores tendem a se desintegrar cada vez mais, a se especializar. Assim, por exemplo, dentro da construção civil não são incluídos os ramos metalúrgicos que fabricam alambrados, dividindo assim a construção entre edificações e obras públicas, materiais pré-fabricados para a construção, derivados de cimento, etc.

Em alguns setores, a divisão se dá por meio de um critério de especialização progressiva, como na construção, e em outros a divisão resulta na redução ao ramo profissional, como no metalúrgico, o qual, na Galiza, está em boa parte integrado nos complexos navais.

As federações sindicais são a base para estruturar de modo consequente esta forma de regulação das condições da força de trabalho, moldando-a à divisão jurídica do trabalho realizada pelo capital. A negociação coletiva acaba sendo uma mera adequação entre as estruturas sindicais e a organização da produção própria do capitalismo, de tal modo que a especialização e fragmentação dos acordos aparecem aos olhos da burocracia, dos dirigentes sindicais e do próprio proletariado como algo natural e espontâneo, escondendo seus verdadeiros princípios. O proletariado deve compreender que a oposição à sua própria divisão passa pela superação das estruturas sindicais.

A R-GGPP luta para conquistar acordos por complexo econômico. Nas empresas que realizam atividades diversas, será seguido o melhor acordo para os/as trabalhadores/as. A prática reivindicativa da R-GGPP deve combater a especialização - e a hierarquização que dela resulta - buscando a igualdade social real em termos de trabalho e de necessidades. Esta prática significa a decomposição das condições econômicas da exploração de classe. Isto significa que a negociação não pode permanecer como tal. A R-GGPP não deve conceber a sua luta como um mecanismo de pressão a serviço da negociação, mas como uma demonstração de poder destinada a se impor por si mesma para conquistar as reivindicações. Ou seja, a R-GGPP é um movimento revolucionário do proletariado que se apropria de suas condições de trabalho, de vida e de luta pela construção do poder proletário e da democracia operária.

2.6. Participação institucional

Se defendemos a organização unitária dos/as trabalhadores/as por complexo econômico, conseqüentemente, nos opomos a atual fragmentação criada pelos acordos e convenções (tais como a estrutura das federações industriais dos sindicatos) e a fragmentação das estruturas representativas oficiais.

Isso nos dá uma razão objetiva para levantar a necessidade de combater as formas institucionais atuais, além de serem mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho. A concessão de autonomia e respeito aos sindicatos e às negociações coletivas legais pelo capital está limitada à manutenção geral da submissão a seus interesses de valorização.

Além disso, compreende-se a necessidade de construir unidades delegativas mais amplas, que superem a atual negociação institucionalizada e suas bases orgânicas sindicalistas. E essas novas unidades delegativas da classe só podem ser inauguradas e mantidas pela unidade em força e consciência da própria classe.

Propomos a formação de conselhos proletários permanentes em todos os complexos de produção, que devem ser eleitos sem controle patronal e nos quais estejam representados os coletivos de proletários/as de todas as empresas envolvidas. Estes/as delegados/as serão eleitos em número proporcional ao número efetivo de cada unidade fabril e ampliadas ou reduzidas por este critério. Assim, este órgão unitário pode agir como centralizador da combatividade e da informação, ser um órgão centralizado onde há eleição proporcional e autonomia em relação às questões específicas de cada empresa ou ramo (federalismo) e ao mesmo tempo toma decisões por maioria que afetam toda a classe. Os recursos para seu funcionamento virão das contribuições regulares de todos/as os/as trabalhadores/as. De acordo com a intensificação da luta de classes, estes centros mobilizadores acabam por se converterem em órgãos do poder proletário contra o poder dos empregadores e do Estado e, em seguida, se unificando em nível nacional e internacional.

Como todas as conquistas históricas, o reconhecimento tácito ou formal por parte dos empregadores e do Estado dos organismos e organizações da classe proletária e de seus objetivos e referenciais de ação, serão o resultado da luta dura e constante do proletariado. Não há outro caminho e nem existirá. E a contradição entre estas formas de organização e ação da classe e a própria existência do capitalismo decadente tornará esta luta pela organização autônoma permanente da classe, juntamente com a luta pelas reivindicações imediatas, em uma luta revolucionária pelo poder proletário e pela transformação comunista de toda a sociedade.

3. ESTRUTURA ORGÂNICA DA R-GGPP

3.1. Estruturas orgânicas

1. Os *grupos de trabalho* são as bases organizativas da atividade cotidiana. Permitem a cooperação permanente e a máxima divisão de tarefas. No início da construção da organização de fábrica, pode haver grupos isolados por oficina, centro de produção, federação, etc. Nesta situação, a divisão do trabalho entre os grupos se limita às questões específicas de seus locais e a coordenar esforços para resolvê-los bem como às questões gerais junto a outros grupos, formando um conselho de empresa.

2. Os/as coordenadores/as de cada grupo, em conjunto, formam a *coordenação* de base dos grupos, organismo intermediário entre a *rede de fábrica* e o conselho, que trata não somente da tomada de decisões, mas, principalmente de coordenar toda a atividade na empresa.

Partindo de grupos constituídos por cerca de 5 pessoas, a coordenação de base compreende, a um/a delegado/a por grupo, cerca de 20% dos componentes da rede na empresa, que realizarão em conjunto uma atividade permanente para conectar, comunicar e dinamizar os grupos.

Em outro nível, estas *coordenações de fábrica* podem delegar tarefas de conjunto em uma *coordenação de empresa* onde existam vários locais de trabalho, para criar um organismo menos numeroso e flexível. Na verdade, com um número entre 20-30 coordenadores/as de grupo (em uma empresa de 100-150 trabalhadores/as organizados/as) podemos ver um limite além do qual é necessário fazer divisões dentro da mesma empresa (por local de trabalho ou área, etc.) ou mesmo dentro da mesma fábrica (por oficina, etc.). A coordenação de base permite uma coordenação horizontal permanente que emana diretamente do coletivo, mas também e além disso este coordenar *retorna direta e fisicamente* ao próprio coletivo.

3. A fábrica ou centro de produção permanece como base organizativa natural do proletariado. Cada rede de grupos de fábrica escolhe um conselho geral dentre os/as delegados de cada grupo que formam a coordenação de fábrica. Todas estas estruturas combinadas - grupos, coordenação, conselho - constituem uma *União de Fábrica*.

Nas *uniões de fábrica e empresa* cada coletivo encontra o seu pólo antagonista e necessário em torno da exploração da propriedade privada capitalista. Questões específicas da fábrica ou do conjunto de fábricas são tratadas unitariamente. A missão das uniões de fábrica é organizar a luta dentro da empresa.

4. As *Uniãoes de Complexo* se organizam de maneira semelhante às uniões de fábrica e agrupam o coletivo de proletários/as de cada uma das diferentes fábricas ou empresas que atuam em cada complexo. Diferentemente das federações sindicais e trabalhistas essas uniões produtivas

sociais possuem sua base orgânica nos processos de produção e distribuição real, não são superestruturas que se relacionam com as empresas ou fábricas isoladas, de modo que a classe proletária pode exercer um controle permanente sobre a atividade organizada.

Quando em uma mesma fábrica ou empresa existe diversificação em vários complexos econômicos, então são formadas no interior da união de fábrica ou empresa sub-uniões ou federações internas por complexo, de modo que todas estejam representadas nos *conselhos de fábrica e de empresa* de forma proporcional e aproximada. Assim, federalismo e centralização ficam coerentemente sintetizados.

Os membros de cada conselho de fábrica ou empresa compõem a coordenação de complexo e, por sua vez, uma parte deles forma um conselho de complexo.

As uniões de complexo deverão ser denominadas de acordo com o complexo compreendido e segundo o território em que decidir a sua sede.

5. Em nível político, as distintas uniões proletárias podem se federar conforme convenha, formando *uniões regionais extensivas* (que reúne vários municípios que sejam diretamente interdependentes economicamente), compostas por delegados/as *eleitos pelo critério federativo para funcionar como uma unidade*. Tem como objetivo desenvolver a ação da R-GGPP na esfera política: a luta contra as instituições burguesas. Esta luta política não se baseia em um programa político específico, mas na evidência objetiva de que os objetivos econômicos do proletariado são antagônicos ao poder político capitalista e vice-versa. Esta organização é necessária para desenvolver a luta contra as reformas anti-proletárias realizadas pelo Estado capitalista e para unir ao movimento de luta todos os setores oprimidos.

6. Em todos os níveis organizativos serão criadas *uniões de mulheres, desempregados/as, estudantes, aposentados/as*, etc. para tratar de seus problemas específicos.

3.2. Funcionamento

1. Além do funcionamento auto-organizado, cada grupo de trabalho controla o conjunto da estrutura organizativa delegada por meio de seus/suas próprios/as delegados/as. Como todos/as os/as delegados/as da coordenação de base e do conselho também são membros de grupos, cada grupo exerce um controle integral e está representado diretamente na coordenação, órgão superior de tomada de decisão do conselho.

2. Os grupos de trabalho assumem todas as tarefas de direção e execução em seus objetivos específicos, em cooperação com os responsáveis centrais com os quais compartilhem tarefas. Com o aumento do número de grupos pela extensão da rede, grupos de um mesmo centro de produção, área ou oficina, dividem entre si as tarefas funcionais de propaganda, coordenação com outros níveis e informação, finanças, etc. Cada grupo conta com autonomia de funcionamento. A

responsabilidade permanente pela realização de cada tarefa incide sobre a pessoa eleita como coordenadora do grupo, porém com a condição de receber a cooperação mínima do restante do grupo. Após a divisão das tarefas funcionais podem ser assumidas outras consideradas de interesse.

3. A organização por grupos de trabalho implica um nível superior de cooperação e, ao mesmo tempo, um nível mais elevado de democracia. Por um lado, a organização parte do princípio da cooperação como uma necessidade, e, ao levar ao extremo a divisão do trabalho mantendo ao mesmo tempo a unidade orgânica sem particularismos, o seu resultado é elevar a capacidade construtiva, produtiva da classe organizada. As tarefas burocráticas que antes eram delegadas a uma única pessoa agora se tornaram atividades da base, submetidas à iniciativa da base, e encontram nos grupos o organismo produtivo capaz de desenvolvê-la ao máximo. Para isso, é menos necessário conhecer o funcionamento organizativo do que a imaginação e a iniciativa da classe. Proletários e proletárias possuem na R-GGPP sua margem permanente de autonomia objetiva.

4. A assembleia de fábrica rígida, baseada em um espaço unificado e livre para se desenvolver, não permite uma atividade diária. Maneira pela qual, sobretudo atualmente, se pode realizar a atividade de classe nos centros de produção. Como não existe uma unidade de classe prévia, no contexto da ditadura patronal não existem as condições para que as assembleias gerais de fábrica sejam órgãos realmente representativos da consciência e da vontade da classe. O mesmo acontece com as assembleias de fábrica de qualquer organização de classe. Além disso, como método rígido, não permite uma atividade diária de comunicação, informação, discussão e tomada de decisões quando for preciso, algo especialmente problemático quando se considera que a descentralização da produção acentua o problema.

A melhor solução não é realizar as assembleias fora da fábrica, o que perpetua o problema de ter uma atividade autônoma cotidiana assentada na participação coletiva e não no centralismo e na assunção de tarefas permanentes por um pequeno número de líderes. A simples exteriorização significa assumir uma derrota. O que precisamos é eliminar as premissas rígidas da assembleia convencional substituindo-as pela premissa da organização do trabalho na fábrica.

Por tal motivo, os grupos devem procurar se moldar formalmente à estrutura da organização do trabalho. Assim, o conjunto de coordenadores/as de grupo canalizam diariamente todas as iniciativas - vindas tanto da base quanto do conselho - as comunicam, transmitem as decisões dos grupos, etc. As determinações dos grupos circulam entre si fazendo uso da estrutura de rede, chegam a cada pessoa e depois podem ser votadas e a decisão transmitida ao conselho ou comissão que centralizará todas as posições sobre um determinado assunto e as sintetizará em uma decisão. Não se trata de suprimir as assembleias convencionais, que proporcionam um maior grau de comunicação, mas de complementá-las com assembleias flexíveis ou em rede.

A *assembleia flexível* escapa às redes de dominação e controle capitalistas. É uma organização *polivalente* do poder proletário, que não se restringe a qualquer campo de batalha e nem se reduz a uma mera função de combate. Permite simultaneamente a atividade autônoma de combate com a tomada de decisões participativa e permanência nos locais de trabalho.

3.3. Divisão do trabalho entre os grupos

1. Ao se moldarem à organização do trabalho, os grupos se articulam por: a) complexo (Federação), b) empresa, c) fábrica ou oficina, d) área de trabalho, e) zona em que se trabalha.

Dificuldades devidas à mobilidade dentro da fábrica ou à mobilidade geográfica são superadas pela *recomposição contínua* de grupos em todos os níveis organizativos necessários, como *células* de um único organismo vivo.

2. Com esta estrutura, os grupos têm a missão de: a) serem *instâncias de debate cotidiano* sobre problemas coletivos, b) serem unidades para a atividade organizada *dentro e fora da fábrica* (pois a existência do grupo e da rede não está restrita à fábrica ou à esfera econômica), e c) serem órgãos de informação sobre as necessidades de cada segmento específico de proletários/as, servindo para a *elaboração de objetivos*.

Os grupos transformam *as relações proletárias - estabelecidas entre iguais e com caráter cooperativo que se desenvolvem espontaneamente na vida cotidiana - em relações organizadas e conscientes, permanentes e produtivas*.

3.4. Esboço de estrutura por uniões de complexo para Galiza

1. Complexos primários, socialmente indispensáveis

1.1. Têxtil (tecelagem, vestuário, calçado, comércio)

1.2. Alimentação (pesca, conservas, pecuária de corte e de leite, hortifrutigranjeiros, coleta de mariscos, supermercados, hotelaria, cerâmica, eletrodomésticos)

1.3. Construção civil, madeira e carpintaria (obras, materiais diversos, madeira, alumínio, bens imóveis, mobiliário)

2. Complexos Secundários

2.1. Naval (metalurgia, pintura, eletricidade, limpeza, etc.)

2.2. Automotivo (fábrica, oficinas, comércio de veículos) e transportes públicos

2.3. Energia, produtos químicos (industrial) e fornecimentos industriais (vários) e serviços de manutenção. Setores muito diferentes, mas que têm em comum serem suportes indispensáveis do aparelho produtivo e estarem altamente integrados no consumo produtivo.

2.4. Construção Industrial, Fabricação de Máquinas e Obras Públicas. (meios de produção e de circulação, base inicial de todo o processo de produção).

3. Complexos Terciários

3.1. Serviços públicos (educação, saúde, química farmacêutica), cujo objetivo social é preparar e manter a força de trabalho social, tanto em termos de saúde física e mental quanto de formação e desenvolvimento intelectual.

3.2. Serviços privados (limpeza, trabalhos domésticos), que servem para manter ou reproduzir a força de trabalho na vida privada. Dentro do trabalho doméstico também se incluem as donas de casa.

3.3. Serviços financeiros e administrativos, cuja finalidade é realizar ou participar na gestão do capital privado ou público.

Ao contrário dos sindicatos, a organização por complexo não implica na ausência de estruturas setoriais com autonomia, seja por ramo, seja por produção e distribuição, etc., e implica em uma capacidade permanente de auto-estruturação flexível. Naturalmente que a R-GGPP desconhece sobre considerações em relação ao nível territorial relacionadas a posições nacionalistas ou internacionalistas. A R-GGPP não possui limites territoriais, está determinada pela extensão territorial dos processos de valorização capitalista, que são objetivos. Cada parte da Rede Proletária tem *capacidade constituinte e independência organizativa* para modificar suas relações com o restante dos organismos da Rede sempre que se encaixe nos princípios orgânicos da mesma.